

Atos Oficiais

DECRETO Nº. 7.128. DE 17 DE MARÇO DE 2021

Regulamenta o Núcleo de Atendimento e Fiscalização da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do Coronavírus, designa os seus membros e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a necessidade de gerenciamento, acompanhamento técnico e fiscalização dos recursos financeiros e contrapartidas sociais obrigatórias, previstos na Lei Federal nº 14.017 de 29 de junho de 2020 – para os efeitos deste decreto apenas “Lei Aldir Blanc” – bem como a necessidade de atribuição de funções administrativas específicas para este fim,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para o Núcleo de Atendimento e Fiscalização da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, doravante apenas “Núcleo”, os nomes abaixo listados:

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
Claurício Gonçalves Bento	Secretaria de Cultura	Presidente
Maria Cristina Satimi Araki Machado	Departamento de Cultura	Coordenadora
Danielle da Silveira	Departamento de Cultura	Auxiliar Operacional
Patrícia de Fátima de Oliveira Lima	Núcleo de Gestão Estratégica	Suporte Técnico em Projetos
Marisa do Amaral	Finanças	Suporte Técnico em Finanças
Maristela Antico Barbosa Ferreira	Secretaria de Assuntos Jurídicos	Suporte Técnico Jurídico
Waléria Wolk Magnani Rizzo	Conselho Municipal de Política Cultural	Observadora
Marcelo Ferreira Schiavo	Conselho Municipal de Política Cultural	Observador

Parágrafo único. A atuação dos membros do Núcleo deverá ser orientada pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais são princípios basilares da Administração Pública, ficando vedado o emprego do servidor público, ou de representantes de colegiado da sociedade civil, na realização de atribuições que competem exclusivamente ao proponente, nos termos da Lei Aldir Blanc.

Art. 2º Em observação ao art. 2º do Decreto Municipal 7.058/2020, ficam regulamentadas as funções de cada membro do Núcleo conforme o disposto abaixo:

- I. Presidente: providenciar, em nível superior de gestão, os meios administrativos, materiais, financeiros e operacionais para o bom andamento do Núcleo e de todas as etapas previstas pela Lei Aldir Blanc no município de Ribeirão Pires;
- II. Coordenadora: tomar decisões seguindo as determinações expressas do Presidente, direcionar o andamento dos trabalhos, acompanhar e fiscalizar as contrapartidas sociais obrigatórias previstas em edital, prover os meios necessários para o atendimento aos proponentes contemplados pela Lei Aldir Blanc (artistas, agentes culturais, produtores, trabalhadores da cultura e espaços culturais, entre outros); elaborar editais e outros processos de chamamento que se fizerem necessários; apresentar relatório de execução de todos os projetos culturais contemplados e de suas respectivas contrapartidas sociais; apresentar o balanço final das prestações de contas; no âmbito do município de Ribeirão Pires;
- III. Auxiliar Operacional: prestar auxílio operacional, naquilo que necessário, sob determinação da coordenação, visando o andamento satisfatório dos objetivos do Núcleo;
- IV. Suporte Técnico: acompanhar as transferências dos recursos financeiros provenientes da União e enviar toda a documentação necessária, via “Plataforma +Brasil”, ou outro meio que vier a ser instituído, das prestações de contas e contrapartidas sociais previstas em lei, decretos e editais; fiscalizar a distribuição dos recursos na esfera municipal; orientar o processo financeiro, jurídico e administrativo durante todo o período de execução da Lei Aldir Blanc; realizar as tratativas que se fizerem necessárias junto aos órgãos do Governo Federal, responsáveis pelo repasse dos recursos ao município de Ribeirão Pires;
- V. Sociedade Civil Organizada: observar o andamento dos trabalhos do Núcleo e colaborar na governança pública por meio de sugestões, apontamentos e eventuais correções que se fizerem necessárias.

Art. 3º O Núcleo dará atendimento de plantão, individual e gratuito, mediante agendamento prévio.

§1º O atendimento é exclusivo aos proponentes contemplados pela Lei Aldir Blanc e será realizado em sala especialmente preparada para este fim, nas dependências do CEH – Centro de Exposições e História Ricardo Nardelli, situado à Rua Miguel Prisco, 286, bairro Centro, neste município.

§2º O prazo para atendimento e plantão de dúvidas vencerá em 31 de maio de 2021, devendo a entrega final de todos os documentos ser realizada em forma impressa, às custas do proponente e, impreterivelmente, até o dia 01 de junho de 2021.

§3º Os horários, dias de atendimento, regras de agendamento e de reagendamento serão devidamente divulgados pelo Departamento de Cultura em meio eletrônico, por telefone, e-mail, redes sociais e página oficial da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como em aplicativos de mensagens instantâneas, se necessário, sem prejuízo de outros meios não-eletrônicos, como ofícios e circulares.

§4º Para agendar atendimento, os proponentes poderão fazê-lo pessoalmente, devendo-se observar as restrições impostas pelo Plano São Paulo de Enfrentamento à COVID-19, por meio de correio eletrônico para o endereço aldir.blanc@ribeiraopires.sp.gov.br ou pelo telefone 4825-9049.

§5º Aos proponentes contemplados pela Lei Aldir Blanc no município de Ribeirão Pires recairá a inteira responsabilidade pelo acompanhamento dos atos oficiais e eventuais comunicados emitidos pelo Departamento de Cultura, seja na página eletrônica oficial da Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires ou no Diário Oficial do Município.

§6º Caberá aos proponentes contemplados pela Lei Aldir Blanc comunicar, pelos meios oficiais disponíveis e já citados neste Decreto, a eventual impossibilidade de ser atendido pelo Núcleo e, se assim o desejar, o reagendamento do atendimento em outro dia e horário.

§7º O Departamento de Cultura isentar-se-á da responsabilidade por eventuais falhas de comunicação decorrentes de problemas de lentidão em servidores ou provedores de acesso à internet, seja na linha de comunicação ou na transmissão de dados computacionais.

Art. 4º As eventuais dúvidas e casos não previstos nesse Decreto deverão ser esclarecidos juntamente ao Núcleo.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 17 de março de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLOVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

CLAURÍCIO GONÇALVES BENTO
Secretário de Esportes respondendo
interinamente pela Secretaria de Cultura

Processo administrativo nº 3.932/2020 – PMRP
Publicado no órgão da imprensa oficial